

Demonstrações Contábeis

LAR ANÁLIA FRANCO

31 de dezembro de 2021 e 2020

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

10/maio/2022

Aos conselheiros e administradores do

LAR ANÁLIA FRANCO

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 do LAR ANÁLIA FRANCO.

Atenciosamente,

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

LAR ANÁLIA FRANCO

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente4-6

Anexos:

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores

 @grupoaudisa

 /company/grupoaudisa

 PORTALAUDISA.COM.BR

LAR ANÁLIA FRANCO

CNPJ: 60.333.853/0001-77

“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE”**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **LAR ANÁLIA FRANCO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não recebemos respostas das confirmações externas das instituições financeiras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, com as quais a Entidade mantém operações. Apesar de examinarmos alternativamente os respectivos extratos bancários, não podemos afirmar sobre a inexistência de possíveis passivos, garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas pela Entidade em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 10 de maio de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:1478234881
9
Assinado de forma digital por
ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2022.05.17 15:05:51 -03'00'
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ rlodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@ grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR



FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCOB



ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 5/17/2022 3:01:26 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: FFE66-1EA22-DACBE-19355

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/FFE66-1EA22-DACBE-19355>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



LAR ANALLIA FRANCO
CNPJ: 60.333.853/0001-77
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	04	11.478.610,51	8.685.094,23	FONDECEDORES	09	4.182.419,39	3.644.310,61
Caixa		5.324.495,31	3.145.409,49	Fornecedores Diversos		2.254.864,44	2.348.032,67
Banco Conta Movimento		3.513,52	1.693,34			2.254.864,44	2.348.032,67
Banco Conta Movimento		52.913,30	63.098,30				
Banco Conta Aplicação Financeira		5.288.088,50	3.080.617,85				
CRÉDITOS A RECEBER	05	3.095.400,83	3.149.367,79	ORRIG. C/PESSOAL A PAGAR	10	526.297,75	169.171,89
Clientes		3.071.267,99	3.125.811,95	Ordernados e Salários		113.215,86	112.704,40
Clientes a Receber		24.132,84	23.555,84	Proveito Ferial/13º Escalou/Contingencia trabalhistas		413.081,89	36.467,49
ESTOQUE	06	1.820.901,73	1.625.554,69	ORRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	11	357.272,54	259.337,87
Materia Prima		1.820.901,73	1.625.554,69	Obrigações Sociais		373.888,14	251.130,37
				Obrigações Fiscais	12	33.284,40	8.207,50
OUTROS CRÉDITOS A CURTO PRAZO	07	1.237.812,64	764.762,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	13	130.621,88	64.170,05
Impostos a Recuperar		980.075,97	450.658,71	Empréstimos e Financiamentos		130.621,88	64.170,05
Adiantamentos a Funcionários		27.016,07	9.898,50	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14	913.362,78	823.598,13
Adiantamento a Fornecedores		218.617,26	268.057,41	Cheques a Compensar		18.858,17	18.858,17
Saberes e Conhecimentos		12.103,34	35.779,64	Adiantamento de Clientes		206.910,74	139.034,95
Despesas Antecipadas			368,00	Outros valores a pagar		629.691,32	23.710,35
				Cofins, S/ Pagamento Benefícios Usualizados		37.546,48	629.691,32
				Saberes e Realizar		12.103,34	12.103,34
NÃO CIRCULANTE	07	16.073.226,11	16.537.134,94	NAO CIRCULANTE	10	955.600,36	246.083,90
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2.219.333,68	2.238.653,57	Contribuica Tributaría		855.379,99	246.083,90
Impostos a Recuperar		1.950.380,23	1.950.380,23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	13	100.220,37	
Chques em Cobrança		8.929,88	8.329,89	Empréstimos e Financiamentos		100.220,37	
Depósitos Judiciais		260.023,76	279.943,65				
IMOBILIZADO	08	13.838.690,70	14.275.473,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.413.815,87	21.331.834,66
Intendos		5.343.324,50	5.143.324,50	Patrimônio Social	15	21.119.704,66	21.392.197,20
Móveis e Utensílios		495.190,43	448.810,72	Superveni do Exercício	17	1.294.112,21	(593.362,54)
Telefones		9.191,00	6.050,30				
Maquinário		15.310.482,70	14.824.690,37				
Equipamentos de Informática		397.911,40	319.422,45				
Veículos de Uso Proprio		1.147.402,23	694.067,08				
Instalações		61.421,70	82.271,70				
Construções em Andamento		2.111.737,27	2.111.737,27				
(-) Depreciação Acumulada		(10.837.970,93)	(9.264.900,54)				
INTANGIVEL	08	15.201,73	23.007,52				
Software		86.630,59	86.630,59				
(-) Amortização Acumulada		(71.428,86)	(63.623,07)				
TOTAL DO ATIVO		27.551.836,62	25.222.229,17	TOTAL DO PASSIVO		27.551.836,62	25.222.229,17

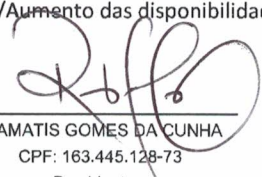

[Assinatura]
KAMATI AGUIAR DA SILVA
CPF: 106.448.128-73
Presidente

[Assinatura]
KATIA VICTORIEZ FERREANDES
CPF: 168.697.588-23
Lar Anallia CRC: 19.1781510/0-6



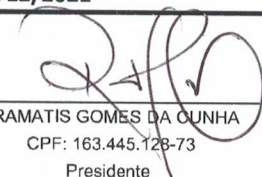
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021/2020

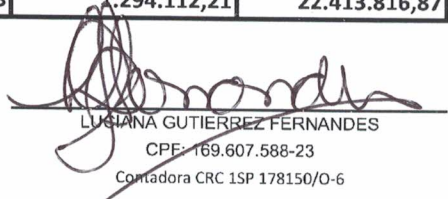
Em Reais

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	1.294.112,21	(593.362,64)
Ajustado por:		
Depreciação/amortização do exercício	1.589.945,29	1.510.679,31
Ajuste de Exercício Anteriores		
(Aumento)/diminuição dos ativos		
(Aumento) diminuição das contas de clientes	(149.492,53)	3.120.437,65
Aumento (diminuição) na provisão dev. Duvidosos	-227.135,79	-9.185,36
(Aumento) Diminuição dos estoques	-195.347,04	376.095,77
(Aumento) diminuição das demais contas a receber	(51.642,47)	1.855.614,38
(Aumento) diminuição tributos a compensar	(529.417,26)	(407.861,61)
(Aumento) diminuição das despesas do exercício seguinte	368,00	(173,06)
Baixa do ativo imobilizado (valor residual)	-54.813,67	-294.877,71
Aumento (diminuição) dos passivos		
Diminuição (Aumento) de fornecedores	93.168,23	131.854,62
Diminuição (Aumento) das obrigações trabalhistas	-1.082.412,03	360.330,90
Aumento (Diminuição) das obrigações fiscais	2.256,25	(23.448,52)
(Aumento) diminuição das demais contas a pagar	(89.764,65)	481.276,13
Disponibilidade líquida aplicada pelas atividades operacionais	599.824,54	6.507.379,86
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação (resgate)	2.187.450,65	(1.799.352,79)
Rendimento Aplicações	68.715,99	42.994,32
Recuperação despesas	157.432,77	199.211,02
Aquisição de bens tangíveis	(1.157.141,19)	(3.636.641,07)
Ganho de Capital - Venda do Imobilizado	123.258,96	55.584,88
Disponibilidade líquida aplicada pelas atividades de investimentos	1.379.717,18	(5.138.203,64)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	239.452,92	110.537,88
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.908,82)	-
Disponibilidade líquida aplicada pelas atividades de financiamentos	199.544,10	110.537,88
(Diminuição)/Aumento das disponibilidades	2.179.085,82	1.479.714,10
Disponibilidades no início do exercício	3.145.409,49	1.665.695,39
Disponibilidades no final do exercício	5.324.495,31	3.145.409,49
(Diminuição)/Aumento das disponibilidades	2.179.085,82	1.479.714,10
	 RAMATIS GOMES DA CUNHA CPF: 163.445.128-73 Presidente	 LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES CPF: 169.607.588-23 Contadora CRC 1SP 178150/O-6

LAR ANALIA FRANCO
CNPJ: 60.333.853/0001-77

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021/2020			
HISTÓRICO	Patrimônio Social	SUPERÁVIT DO PERÍODO	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019	21.131.951,84	-854.451,92	21.925.197,30
Incorporação ao patrimônio líquido	(854.451,92)	854.451,92	-
Ajustes Credores Exercícios Anteriores			-
Ajustes Devedores Exercícios Anteriores			-
Superávit do período	-	(593.362,64)	(593.362,64)
Saldo em 31/12/2020	20.277.499,92	-593.362,64	21.331.834,66
Incorporação ao patrimônio líquido	(593.362,64)	593.362,64	-
Ajustes Credores Exercícios Anteriores	800,16		800,16
Ajustes Devedores Exercícios Anteriores	(212.930,16)		(212.930,16)
Superávit do período	-	1.294.112,21	1.294.112,21
Saldo em 31/12/2021	19.472.007,28	1.294.112,21	22.413.816,87


RAMATIS GOMES DA CUNHA
CPF: 163.445.128-73
Presidente


LUSIANA GUTIERREZ FERNANDES
CPF: 169.607.588-23
Contadora CRC 1SP 178150/O-6

LAR ANALIA FRANCO
CNPJ: 60.333.853-0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O LAR ANÁLIA FRANCO, fundado em 15 de agosto de 1916, na cidade de Dourado – SP, transferido, depois, para Uberaba – MG, e em 18 de outubro de 1924 para São Manuel – SP, é uma organização da sociedade civil constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos e que não tem relação de dependência com nenhuma outra instituição congênere no país. É uma organização da sociedade civil que tem por missão institucional promover o desenvolvimento de núcleos familiares e seus integrantes vulneráveis, proporcionando-lhes recursos necessários à convivência harmônica e ao desabrochar de suas potencialidades, a fim de formar cidadãos éticos, justos e solidários. Para tanto, organiza e mantém atividades de geração de renda, capta recursos públicos por meio de termos de fomento, e aplica integralmente os recursos auferidos no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, cuja execução atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros.

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a LAR ANALIA FRANCO declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

- i. Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;
- ii. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- iii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iv. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- v. Resolução CFC n.º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- vi. Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- vii. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de

valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mesuradas a valor justo.

c) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (\$), que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a LAR ANALIA FRANCO atua.

d) Formalidade da Escrituração Contabil Resolução 1.330/11 (ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" que é posteriormente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do município de São Manuel-SP. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Créditos a Receber:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor

faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos.

Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):

Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC Nº 1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

Estoques:

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materias primas e demais produtos utilizados no processo de industrialização.

Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido;

Intangível:

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos direitos.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f) Prazos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes;

g) Provisão de Férias e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço;

h) Apuração do Resultado do Período

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

i) Receitas e despesas

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social.

Receitas de subvenções custeio

As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	R\$ 3.513,31	R\$ 1.693,34
Banco conta movimento	R\$ 52.913,30	R\$ 63.098,30
Aplicação financeira de curto prazo	R\$5.268.068,50	R\$3.080.617,85
	<u>R\$5.324.495,31</u>	<u>R\$3.145.409,49</u>

5. CRÉDITOS A RECEBER

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a receber	R\$3.071.267,99	R\$3.125.811,95
Cheques a receber	R\$ 24.132,84	R\$ 23.555,84
	<u>R\$3.095.400,83</u>	<u>R\$3.149.367,79</u>

6. ESTOQUE

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Matéria Prima	R\$1.820.901,73	R\$1.625.554,69
	<u>R\$1.820.901,73</u>	<u>R\$1.625.554,69</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos a Recuperar	R\$ 980.075,97	R\$ 1.950.380,23	R\$ 450.658,71	R\$ 1.950.380,23
Adiantamento a Funcionários	R\$ 27.016,07		R\$ 9.898,50	
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 218.617,26		R\$ 268.057,41	
Subvenções e Convenios	R\$ 12.103,34		R\$ 35.779,64	
Outros Valores a Receber				
Despesas Antecipadas			R\$ 368,00	
Cheques em Cobrança		R\$ 8.929,69		R\$ 8.929,69
Depositos Judiciais		R\$ 260.023,76		R\$ 279.343,65
Processos Cíveis				
	R\$ 1.237.812,64	R\$ 2.219.333,68	R\$ 764.762,26	R\$ 2.238.653,57

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei 11.638/07, Deliberação CVM 583/2009, Deliberação CVM 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27 e Resolução do CFC Nº 1.330/10, NBC TG 04).

ANO BASE	2020			2021
	SALDO ANTERIOR	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO FINAL
CONTAS CONTÁBEIS				
IMÓVEIS	3.797.542,02	0,00	176.746,84	3.620.795,18
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	109.631,21	46.383,66	54.556,31	112.289,52
MAQUINÁRIOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	8.004.956,51	485.792,33	1.275.742,45	7.215.006,39
VEÍCULOS	84.047,78	78.488,95	34.550,60	127.986,13
INTANGÍVEL	51.554,40	543.335,15	44.018,60	550.870,05
TELEFONES	23.007,52	78.488,95	7.805,79	15.201,73
INSTALAÇÕES	582,78	3.141,10	2.243,86	1.480,02
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	36.133,28		15.414,64	20.718,64
TOTAL DO CUSTO	2.191.025,87		1.482,00	2.189.543,87
	14.299.266,77	1.154.141,19	1.612.561,09	13.853.892,43

9. FORNECEDORES

Descrição	2021	2020
Fornecedores Diversos	R\$ 2.254.864,44	R\$ 2.348.032,67
	R\$ 2.254.864,44	R\$ 2.348.032,67

10. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Descrição	2021	2020
Ordenados e Salários	R\$ 113.215,86	R\$ 112.704,80
Provisão Férias/13º/Encargos/Contingencias Trabalhistas	R\$ 1.268.461,88	R\$ 282.551,39
	R\$ 1.381.677,74	R\$ 732.411,43

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2021	2020
Pis s/Folha a Recolher	R\$ 266.601,43	R\$ 184.189,34
Contribuição Sindical a Recolher	R\$ 47,15	R\$ 47,15
Contribuição Confederativa a Recolher	R\$ 166,06	R\$ 166,06
INSS a Recolher	R\$ 24.381,04	R\$ 17.855,18
IRRF a Recolher	R\$ 23.696,99	R\$ 23.132,21
FGTS a Recolher	R\$ 32.792,46	R\$ 25.740,43
	R\$ 347.685,13	R\$ 251.130,37

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Descrição	2021	2020
ISS Retido	R\$ 1.078,35	R\$ 1.312,91
INSS Retido	R\$ 2.811,97	R\$ 2.888,97
IRRF Retido	R\$ 3.430,71	R\$ 2.989,76
Retenção 4,65%	R\$ 2.266,38	R\$ 1.015,86
	R\$ 9.587,41	R\$ 8.207,50

13. EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS A PAGAR CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Alienação Fiduciária- Bradesco Finame	R\$ 64.170,05		R\$ 64.170,05	
Financiamento Bco Itau	R\$ 66.451,83	R\$ 100.220,37		-
	R\$ 130.621,88	R\$ 100.220,37	R\$ 64.170,05	-

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques a Compensar	R\$ 18.858,17		R\$ 18.858,17	
Adiantamento Clientes	R\$ 206.910,74		R\$ 139.034,95	-
Outros valores a pagar	R\$ 20.056,07		R\$ 23.710,35	-

Cofins s/Fat.Isenção	R\$ 629.891,32		R\$ 629.891,32	
Subvenção a realizar	R\$ 37.646,48		R\$ 12.103,41	
	R\$ 913.362,78	0,00	R\$ 823.598,20	0,00

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido ou diminuído do resultado do exercício (superávits ou déficits) ocorridos, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

16. AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade.

17. SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício 2021 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 877/2000 que aprovou a NBC T 10.19 em especial no item 10.19.2.7 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não provado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

	2021	2020
Superávit/Déficit	R\$ 1.294.112,21	(R\$ 593.362,64)
Total	R\$ 1.294.112,21	(R\$ 593.362,64)

18. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

São recursos financeiros provenientes de termos de fomento firmados com o Poder Público, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas em planos de trabalho aprovados pela assembleia geral de associados e pelo próprio poder concedente. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os termos de fomento estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS			
ORIGEM	VALOR REALIZADO	VALOR RECEBIDO	VALOR A RECEBER
Estadual – Estado de São Paulo	R\$ 224.653,68	R\$ 212.550,34	R\$ 12.103,34
Municipal – São Manuel/SP	R\$ 340.640,27	R\$ 315.900,07	R\$ 24.747,20

TOTAL GERAL	R\$	565.293,95	R\$	528.450,41	R\$	36.850,54
--------------------	------------	-------------------	------------	-------------------	------------	------------------

19. SUBVENÇÕES PRÓPRIAS

Os recursos públicos foram captados para aplicação em custeio de projetos específicos, sendo que a entidade em 2021 realizou o complemento financeiro como custos de gratuidade no valor de R\$ 317.058,25.

20. DOAÇÕES

A entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas e faz o devido reconhecimento contábil conforme descrito no Item 9 da Resolução 1.409 que aprovou a ITG 2002(R1), as doações recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

21. OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Entidade são atividades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Proteção Social Básica e, portanto, suas ações estão inseridas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Também é importante ressaltar que todos os serviços e ações sócios assistenciais desenvolvidos pela entidade são prestados de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários, sem nenhuma discriminação, observada a Lei nº 8.742/1993.

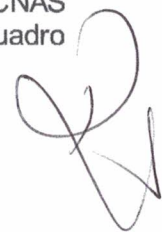
A Entidade possui vínculo à rede SUAS e para isso teve como requisitos:

- I - presta serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;
- II - quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III - demonstra potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e
- IV - disponibiliza esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sob o número nº 05/95 e Conselho Municipal do Idoso é nº 001/17.

22. ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A Entidade em atendimento a Lei No. 12.101/09, Decreto No. 8.242/14 e Resolução do CNAS No. 16/10 para realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos para cumprimento de seus objetos sociais:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

TIPO	ORIGEM	VALOR REALIZADO	VALOR RECEBIDO	VALOR A RECEBER
Públicos	Estadual SEDS - Termos de Fomento	R\$ 224.653,68	R\$ 212.550,34	R\$ 12.103,34
	Municipal - Termo de Colaboração - Fonte 01	R\$ 320.647,27	R\$ 295.900,07	R\$ 24.747,20
	Municipal - Termo de Colaboração - Fonte 05	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITAS PÚBLICAS		R\$ 565.300,95	R\$ 528.450,41	R\$ 36.850,54
Privado	Parceria Unesco Edital Criesp " Banco de Sonhos"	R\$ 141.906,20	R\$ 25.543,12	R\$ 116.363,08
TOTAL RECEITAS PRIVADAS		R\$ 141.906,20	R\$ 25.543,12	R\$ 116.363,08
Próprias	Atividade Sustentável – Meio *	R\$ 23.137.413,60	R\$ 23.137.413,60	R\$ -
	Receitas de Doações PF e PJ	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ -
	Receitas Financeiras	R\$ 68.715,99	R\$ 68.715,99	R\$ -
	Credito Nota Fiscal Paulista	R\$ 12.666,20	R\$ 12.666,20	R\$ -
	Receita Vendas Bazar	R\$ 4.169,92	R\$ 4.169,92	R\$ -
	Aluguel Lote 1 Gráfica **	R\$ 111.792,48	R\$ 111.792,48	R\$ -
	Aluguel Lote 2 Lar ***	R\$ 259.490,04	R\$ 259.490,04	R\$ -
	Cota Patronal INSS	R\$ 910.223,86	R\$ 910.223,86	R\$ -
TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS		R\$ 24.505.972,09	R\$ 24.505.972,09	R\$ -
TOTAL DAS RECEITAS DE ANO		R\$ 25.213.179,24	R\$ 25.059.965,62	R\$ 153.213,62

- **Observação:** *Na atividade meio, deve-se considerar os valores relacionados aos custos de produção e impostos no montante de R\$ 16.367.814,92, bem como despesas administrativas no montante de R\$ 6.008.670,06'
 ** Aluguel lote 1 Grafica compreende a soma Imovel Rua dos Andradas (R\$ 102.732,48) e Imovel Drones (R\$ 9.600,00);
 *** Aluguel Lote 2 Lar compreende a soma terreno torre (R\$ 52.769,98), Aluguel Duque de Caxias (R\$ 48.640,44), Imovel Teixeira (R\$ 147.579,62) e Aluguel Jardim Dinkel (R\$ 10.500,00)

23. FORMALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DOS PROJETOS SOCIAIS

Todas as atividades socioassistenciais, quer fomentadas exclusivamente por recursos próprios, quer fomentadas parcialmente por recursos públicos, são planejadas estrategicamente no início de cada ano e editados planos de trabalho, devidamente aprovados pela assembleia de associados e pelo Poder Público, nesta última hipótese, se assim a lei exigir.

Os planos incluem os seguintes tópicos obrigatórios: **a)** identificação do objeto a ser executado e sua tipificação (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07; **b)** público alvo da ação, abrangência territorial, e capacidade de atendimento, bem como delineamento das razões que justifiquem a ação no território; **c)** descrição das etapas ou fases de execução; **d)** descrição das metas a serem atingidas (metas qualitativas e quantitativas); **e)** plano de aplicação dos recursos (físicos, financeiros e humanos) e eventual contrapartida financeira da organização da sociedade civil proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento; **f)** cronograma de desembolso; **g)** demonstração da forma de

participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto h) inserção de capítulo denominado "projeto básico" formado pelo resumo estruturado do plano para rápida compreensão dos interessados.

24. CUSTOS DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS CONFORME SUA TIPIFICAÇÃO

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) em situação de vulnerabilidade de risco social e pessoal de assistência social conforme quadro:

SERVIÇO		TIPIFICAÇÃO	PÚBLICO ALVO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS ANO 2021 (a)	MÉDIA MENSAL ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS ANO 2021* (b) = (a) * (média dias)	MÉDIA ANUAL ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS ANO 2021 (c) = (b) * 12 meses	CUSTOS ENVOLVIDOS ANO 2021 (EM R\$) (d)	CUSTO MÉDIO POR ATENDIMENTO (EM R\$)	
								MENSAL (e) = (d) / 12 meses / (a)	ANUAL (f) = (d) / (a)
(1) Espaço Luz	Proteção Social Básica – SFVC	Proteção Social Básica	Crianças, Adolescentes (6 a 15 anos)	96	2.016	24.192	R\$ 423.843,90	R\$367,92	R\$4.415,04
(2) Célia Zenir	Proteção Social Básica – SFVC	Proteção Social Básica	Adultos e Intereracional (30 a 59 anos)	93	1.953	23.436	R\$288.387,67	R\$ 258,41	R\$3.100,94
(3) Vó Lenor Bressanin	Banco de Alimentos - SAN	Programa de Segurança Alimentar Nutricional	OSCs do Município	11	231	2.772	R\$129.971,09	R\$984,63	R\$11.815,55
			Público Indiretamente Atendido	2.385	28.620	343.440		R\$4,54	R\$54,49

- (a) Se refere ao número médio de usuários atendidos pelo Projeto/Serviço/Programa;
 (b) Se refere ao número médio de usuários atendidos no mês pelo Projeto/Serviço/Programa, o qual multiplicamos o número da primeira coluna (a) com a média de dias trabalhados por mês (21 dias);
 (c) Se refere ao número médio de usuários atendidos no ano pelo Projeto/Serviço/Programa, o qual multiplicamos o resultado da segunda o coluna com o número de meses atendidos no exercício (12 meses);
 (d) Se refere ao valor desenvolvido para a execução do Projeto/Serviço/Programa no exercício;
 (e) Se refere ao valor mensal desempenhado para custear as ações frente cada Projeto/Serviço/Programa, distribuindo o valor total (d) com o número de meses atuados e a quantidade de atendidos (a);
 (f) Se refere ao valor anual desempenhado para custear as ações frente cada Projeto/Serviço/Programa, distribuindo o valor total (d) com a quantidade de atendidos (a).

25. RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei No. 12.101/09, Decreto No. 8.242/14, Decreto No. 6.308/07 e Resolução CNAS No. 16/10 na realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstramos no quadro abaixo os dados qualitativos e quantitativos de cada ação social:

ATENDIMENTOS E RH 2021

SERVIÇO		Quantidade de ATENDIDOS (A) 2021	Recursos Humanos Envolvidos (b) 2021
(1) Espaço Luz	Proteção Social Básica – SFVC - Criança e Adolescente (1) Vila São Geraldo	96	10 CLT* 2 Prestador/MEI
(2) Célia Zenir	Proteção Social Básica – SFVC Adultos e Intergeracional (2)	93	04 CLT* 05 Prestador/MEI
(3) Vó Leonor Bressanin	Programa de Segurança Alimentar Nutricional – Banco de Alimentos (3)	2.385	8 CLT* 1 Prestador/MEI

*Alguns colaboradores são rateados entre outros Serviços.

(1), (2) e (3) Proteção Social Básica – SCFV – Criança e Adolescente e Intergeracional / Segurança Alimentar e Nutricional

Mês	Quantidade de Atendidos 2021			
	(1) Espaço Luz	(2) Célia Zenir	(3) Banco de Alimentos	
	Crianças e Adolescentes	Adultos e Intergeracional ¹	OSCS	Público Indireto
Janeiro	84	92	09	2.284
Fevereiro	96	94	09	2.284
Março	95	94	09	2.284
Abril	95	94	09	2.284
Maio	95	94	09	2.284
Junho	95	94	09	2.284
Julho	96	94	11	2.484
Agosto	95	92	10	2.384
Setembro	99	93	12	2.309
Outubro	103	93	15	2.514
Novembro	103	93	15	2.614
Dezembro	101	93	15	2.614
Média mensal	96	93	11	2.385

(1) ESPAÇO LUZ: Proteção Social Básica – SFVC – Criança e adolescentes

RECURSOS HUMANOS						
Colaboradores	Quantidade	Escolaridade	Carga horária semanal	Tipo de vínculo	Alocação	
A	Supervisor	01	Ensino Médio	44	CLT	Deixou o Quadro
B	Supervisor	01	Superior	44	CLT	SCFV "Espaço Luz"
C	Assistente Administrativa	01	Superior	22	CLT	Administrativo Central
D	Orientadora Social	01	Ensino Médio	44	CLT	Realocada para o SCFV
E	Orientadora Social	01	Superior	44	CLT	Deixou o Quadro
F	Auxiliar de Cozinha	01	Ensino Médio	44	CLT	SCFV "Espaço Luz"
G	Cozinheira	01	Ensino Médio	22	CLT	Cozinha Central
H	Auxiliar de Limpeza	01	Ensino Médio	44	CLT	SCFV "Espaço Luz"
I	Auxiliar de Limpeza	01	Ensino Médio	44	CLT	Banco de Alimentos.
J	Serviços Contábeis	01	Superior	03	CLT	
K	Coordenação de Projetos	01	Superior	06/mensal	MEI	



LAR ANÁLIA FRANCO
desde 1994

LAR ANÁLIA FRANCO

Rua Coronel Amando Simões, nº 766
Centro - São Manuel - SP - CEP 18.650-000
CNPJ nº 60.333.853/0001-77
IE nº Isenta
e-mail: contato@lafsm.org.br

L	Coordenação Técnica	01	Superior	18/sem.	MEI
A)	O Supervisor deixou o quadro de funcionários no mês de Junho de 2021.				
B)	Foi-se designado a colaboradora identificada por B para realizar a supervisão da unidade, a partir do mês de Junho de 2021.				
C)	Foi contratado uma Auxiliar Administrativa no mês de agosto, que mantém usas horas rateadas entre as unidades do LAF.				
D)	A referida colaboradora prestou seus Serviços até agosto no Administrativo Central da Organização, sendo realocada a partir dessa data para o SCFV.				
E)	A colaboradora aqui destacada foi contratada em Agosto de 2021, vindo a deixar o quadro de funcionários em Outubro de 2021.				
G)	A cozinheira mantém suas horas rateadas entre as unidades prestadoras de Serviços do LAF.				
H)	A colaboradora aqui destacada prestou seus serviços na unidade denominada "Banco de Alimentos" em período pandêmico, vindo a integrar o quadro de funcionários do Programa fixamente desde ago/2021;				
*) Os demais colaboradores permaneceram prestando serviço no SCFV Espaço Luz, entretanto, conforme necessidade e, prestaram serviço e foram alocadas no Banco de Alimentos, em virtude do crescimento dos números de captações e distribuições, evidenciando a suspensão presencial de atividades presenciais do Espaço Luz até agosto e 2021.					

(2) CÉLIA ZENIR: Proteção Social Básica – SFVC – Adultos e Intergeracional

RECURSOS HUMANOS						
	Colaboradores	Quantidade	Escolaridade	Carga horária semanal	Tipo de vínculo	Alocação
A	Assistente Administrativa	01	Superior	10	CLT	Administrativo Central
B	Orientadora Social	01	Superior	44	CLT	Célia Zenir
C	Auxiliar de Cozinha	01	Ensino Médio	10	CLT	Cozinha Central
D	Serviços Contábeis	01	Superior	03	CLT	-
E	Coordenação de Projetos	01	Superior	12	Prestador	-
F	Facilitador de Atividades	01	-	06	MEI	Célia Zenir
G	Facilitador de Atividades	02	-	04	MEI	Célia Zenir
H	Facilitador de Atividades	01	-	02	MEI	Célia Zenir
A)	Foi contratado uma Assistente Administrativa no mês de agosto, que mantém usas horas rateadas entre as unidades do LAF.					
B)	O auxiliar de cozinha mantém suas horas rateadas entre as unidades prestadoras de Serviços do LAF.					
*) Os demais colaboradores permaneceram prestando serviço no SCFV Espaço Luz, entretanto, conforme necessidade e, prestaram serviço e foram alocadas no Banco de Alimentos, em virtude do crescimento dos números de captações e distribuições, evidenciando a suspensão presencial de atividades presenciais do Espaço Luz até agosto e 2021.						
**) Evidencia-se que a utilização de Facilitadores de Atividades em momento pandêmico de suspensão de atividades manteve-se descontinuada.						

(3) BANCO DE ALIMENTOS "VÓ LEONOR BRESSANIN": Segurança Alimentar e Nutricional

RECURSOS HUMANOS						
Nº	CARGO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	QTD	TIPO DE VINCULO	Alocação
1	Auxiliar Administrativo ¹	Ensino Médio	10 horas	01	CLT	Administrativo Central
2	Responsável Técnica na Área Alimentar ²	Superior	20 horas	01	CLT	Banco de Alimentos
3	Técnica de Nutrição	Superior	44 horas	01	CLT	Banco de Alimentos
4	Serviços Operacionais ³	Fundamental	44 horas	03	CLT	Banco de Alimentos
5	Auxiliar de Cozinha ⁴	Ensino Médio	14 horas	01	CLT	Cozinha Central
6	Motorista	Ensino Médio	44 horas	01	CLT	Banco de Alimentos
7	Coordenação de Projetos	Superior	05 horas	01	Prestador	-
9	Serviços Contábeis	Superior	03 horas	01	CLT	-
10	Assistente Administrativo ⁵	Superior	10 horas	01	CLT	-
(1) A colaboradora que desempenhava cargo de auxiliar administrativo passou a atuar no SCFV 06-15 anos no a partir do mês de agosto, vindo a ser substituída pela profissional de nº 10, que desdobrou a mesma carga horária semanal nesse Programa;						
(2) A colaboradora que desempenha o cargo responsável técnica na área alimentar se desligou da OSC em março de 2021, vindo a ter suas funções desempenhadas, a partir de abril pela técnica de nutrição, colaboradora essa de nº 03, que retornou de licença maternidade nesse mesmo mês;						

(*) Incorporamos uma colaboradora egressa do SFV 06-15 anos como Serviços Operacionais de Programa, vindo a contratar mais um colaborador para suprir tal necessidade em agosto deste exercício. Evidenciamos que não efetuamos as contratações integrais previstas no Plano de Trabalho, justificando tal através do não acréscimo esperado em Termo de Colaboração;

(4) A colaboradora que desempenhava o cargo de auxiliar de cozinha passou a desempenhar carga horário integral na Cozinha Central a partir do mês de Junho, quando a cozinheira responsável deixou o quadro de colaboradores. Evidenciamos que não alocamos nenhum(a) colaborador para substituí-la;

*É valido ressaltar que, em momentos específicos de extremo fluxo, s, existe a necessidade de solicitar os funcionários de outras funções e setores para que a todo o fluxo de captação seja realizado ainda no dia.

26. ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DIANTE A PANDEMIA INSTALADA PELO COVID 19

Os Serviços e Programas executados pelo LAR ANALIA FRANCO, no ano de 2021 estiveram em consonância com as legislações que norteiam tais ações. As metas, mesmo em período pandêmico, forma atingidas de forma satisfatória.

Salientando que desde o inicio da pandemia foi realizado replanejamento com a elaboração de Plano de Contingência que norteou todo o processo de atendimento, dando continuidade ao processo de atendimento no formato remota, buscando promover a informação, a segurança, a garantia de direitos e ampliar a proteção social aos seus usuários.

Na execução do planejamento foi abordado a incorporação da MP 936 aos colaboradores da Proteção básica, respitando as singularidades do serviço e a segurança do colaborador.

Já no Programa de Segurança Alimentar, o banco de Alimentos manteve seu fluxo de atendimento, havendo a necessidade de realocação de pessoas para auxiliar no percurso do processo, uma vez que teve sua arrecadação triplicada, o que denotou maior empenho da equipe fixa e a alocação dos demais colaboradores .

27. ISENÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – INSS

A entidade Lar Anália Franco, na condição de entidade de fins filantrópicos, goza da imunidade tributária por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

O Lar Anália Franco é uma instituição de Assistência Social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui de isenção tributária da COFINS sobre as receitas e do INSS Cota Patronal.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, e usufruída no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foi de R\$ 910.223,86, tendo sido totalmente aplicado nos Programas para a manutenção de serviços gratuitos.

28. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)


A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES – TRIBUTÁRIAS

O Lar Anália Franco é Entidade Beneficente de Assistência Social devidamente certificada (CEBAS) e em 30/04/2009 protocolizou pedido de renovação sob n. 71000.042863/2009-49 que foi indeferido, em 26/10/2012 protocolizou pedido sob n. 71000.116884/2012-11 que foi arquivado e em 06/05/2015 protocolizou pedido sob n. 71000.003291/2015-21, que foi indeferido e a entidade apresentou recurso que atualmente se encontra aguardando decisão pelo Ministro de Estado. A entidade, amparada por seus assessores jurídicos, acredita no êxito deste recurso administrativo e/ou no reconhecimento da imunidade com efeito retroativo, pois preencheu os requisitos legais conforme decisões do STF RE 566.622/RS, RE 115.510-8., e do STJ AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.065 – RS com precedentes; AgRg no AREsp 212.376/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 11/10/2012; AgRg no AREsp 291.799/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 1/8/2013. Em 27/05/2021 foi publicado a Portaria 61/2021 23 no DOU, com a concessão do Certificado do CEBAS solicitado através do processo 235874.0025247/2020 com vigência entre 27/05/2021 até 26/05/2024

30. DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E DO CUMPRIMENTO DO ART. 14 DO CTN

- a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto, artigo 15º, Inciso V, § 2º;
- b) Os dirigentes, conselheiros, ou associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente; a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto no seu Estatuto Social, conforme artigos 17, 23º e 29º;
- c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme mencionado na Nota 03.


São Manuel, 31 de Dezembro de 2021
Ramatis Gomes da Cunha
CPF: 163.445.128-73
Diretor-Presidente


Luciana Gutierrez Fernandes
CPF: 169.607.588-23
CRC: 1SP178150/O-6
Contadora